

Cultura & Recreio

Diretor: António Pinto

Publicação do Associativismo Feirense

Edição nº 11
Distribuição Gratuita

**ENTREVISTA AO
P. 04 VEREADOR GIL FERREIRA**

**ASSOCIATIVISMO
P. 06**

**VIAGEM MEDIEVAL
P. 10**

**TEATRO
P. 14**

**FORMAÇÃO
P. 16**

**FOLCLORE E ETNOGRAFIA
P. 22**



ESTATUTO EDITORIAL

1.

O "Cultura e Recreio" é a publicação do associativismo feirense e tem como objetivo a informação geral e a divulgação das iniciativas e atividades das coletividades locais, bem como toda a informação de interesse para a Federação das Colectividades de Cultura e Recreio do Concelho de Santa Maria da Feira.

2.

Esta publicação terá periodicidade anual e será nortada pelo rigoroso respeito pela boa-fé dos leitores, pela liberdade de expressão, pelos princípios deontológicos da imprensa e ética profissional, recusando qualquer alinhamento com forças políticas, económicas ou outras, obedecendo ao respeito pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e dos Povos, à Constituição da República Portuguesa e aos nobres valores do associativismo, da solidariedade e da coesão social.

3.

Será uma publicação aberta à pluralidade de opiniões e à participação ativa dos leitores, desde que devidamente identificados e elucidados das suas responsabilidades pessoais, salvaguardando-se, sempre que tal se justifique, à direção editorial o direito de limitar ou recusar a sua publicação.

4.

Na vertente informativa o "Cultura e Recreio" terá sempre a preocupação de salientar todas as versões dos factos, sem prejuízo de relevar o que tiver mais importância segundo critérios puramente jornalísticos, sem cedência a qualquer tipo de pressões e com total independência.

5.

O direito de resposta será exercido dentro dos parâmetros da lei da imprensa em vigor.

6.

A Direção Editorial nomeada pela Federação das Coletividades de Cultura e Recreio do Concelho de Santa Maria da Feira é soberana nas suas decisões sobre os conteúdos considerados jornalísticos.

7.

O conteúdo comercial, sempre que autorizado pela direção da Federação, será da responsabilidade dos anunciantes e condicionado, nos termos legais, ao Código da Publicidade.



Joaquim Tavares

Presidente da Direção da Federação das Colectividades

A Federação das Colectividades de Cultura e Recreio, criou recentemente a ESCOLA DE FORMAÇÃO COLABORATIVA, que tem por objectivo implementar e desenvolver as áreas de formação dos diferentes setores de atividade do associativismo cultural e recreativo, sem descorar a possibilidade de atingir outros segmentos de formação em colaboração/parceria com o IEFP, numa perspetiva da sua certificação.

A qualificação e a capacitação dos nossos dirigentes associativos, sempre foram de uma enorme importância para o desenvolvimento de cada uma das nossas associações. Com a evolução dos tempos, com as novas exigências comunicacionais, as ferramentas tecnológicas, os enquadramentos legais, tanto na gestão, como na vertente fiscal, bem como a maior qualificação da nossa população, sobretudo a mais jovem, torna este desígnio ainda mais premente.

O tempo e a experiência de vida, encarregaram-se de nos provar que o conhecimento e a inovação não têm limites e colocam-nos desafios permanentes e muito aliciantes. A audácia, a experiência e os saberes acumulados - sendo muito importantes - já não chegam para levarmos por diante as nossas responsabilidades associativas, numa lógica de respondermos com o rigor e competência, às funções que desempenhamos. Os grupos que mais têm crescido, são os que se abrem à formação permanente e à sua capacitação, partindo do princípio que, por muito grandes que sejam os nossos conhecimentos, temos sempre muito para aprender, se queremos fazer o nosso trabalho bem feito e produzir respostas concretas para o

trabalho que realizamos nas nossas comunidades. Por isso, a importância da formação permanente, sem hesitações, tomando-a como um bem necessário e indispensável para o progresso e desenvolvimento da nossa associação, para servir mais e melhor as populações e para que as nossas acções concretas atinjam maior profundidade e importância e credibilizem ainda mais cada uma delas.

Um dos princípios da Federação e um dos objectivos essenciais do seu trabalho, é justamente a área da formação, nas suas diferentes vertentes. As acções formativas que realizamos, no folclore e etnografia, teatro, caracterização, artes de rua, etc... são instrumentos fundamentais e demonstram no dia-a-dia a sua importância para cada um dos participantes e para os grupos em particular. Formar, é dotar cada um de nós de mais competência e preparação, é dar às nossas instituições ferramentas para o seu trabalho do dia-a-dia, para o seu crescimento e sobretudo para o seu desenvolvimento. As acções concretas de formação complementadas com actividades colectivas, tem um efeito multiplicador, capacitam e torna-nos mais próximos uns dos outros, trocando saberes, conhecimentos e experiências diversificadas. A ESCOLA DE FORMAÇÃO COLABORATIVA, tem nas suas traves mestras aplicar estes desígnios e ser um instrumento decisivo para a nossa qualificação e desenvolvimento.

Entrevista



Gil Ferreira

Vereador do Pelouro de Cultura,
Turismo, Biblioteca e Museus

Como sabemos, o PAPC de 2015 foi alvo de algumas críticas. Face a estas críticas, quais as melhorias que foram implantadas para 2016?

Efetivamente devemos procurar o aperfeiçoamento dos processos e ações assim como estar atentos às oportunidades de melhoria. Citando Roosevelt «o único homem que não erra é aquele que nunca faz nada.»

Neste contexto, criamos um horário alargado em dias específicos, incluindo fim-de-semana, no qual os técnicos do Pelouro da Cultura atendem, exclusivamente, os dirigentes associativos prestando apoio ao processo de elaboração e submissão das candidaturas. O manual de apoio ao processo, disponível on-line no site Câmara Municipal, foi revisto e os formulários de projeto e orçamento foram simplificados.

Recordo que, desde 2014, este pelouro tem vindo a promover formações e seminários específicos neste contexto de programas de apoio e financiamento, nomeadamente: Sessão de Esclarecimento sobre programas de apoio a projetos culturais associativos da dgARTES, DRCN, IPDJ e sobre Europa Criativa (EC 2020) em 11 de outubro 2014 e mais recentemente, o Seminário para o Associativismo Cultural com quatro workshops temáticos: 1. Estratégias Associativas; 2. Do Projeto à Prática; 3. Comunicação; 4. Financiamento em 26 de setembro 2015. Decorrente das sugestões que fomos recebendo dos stakeholders propusemos algumas alterações ao

regulamento do PAPC, que entrarão em vigor para o próximo processo de submissão de candidaturas para 2017, que esteve em consulta pública durante a qual todos agentes tiveram oportunidade de se pronunciar. Por fim foi aumentada em 25% a dotação orçamental do programa para 2016.

Porque razão não esteve ninguém do movimento associativo no júri de 2015?

Entendemos que o júri deveria ser completamente imparcial pelo que os seus elementos não deveriam ter qualquer ligação a qualquer instituição ou associação cultural concelhia.

Em 2016, essa situação manter-se-á?

Sim.

De que forma o associativismo é integrado no plano cultural do concelho?

Basta consultar a agenda municipal para perceber a evidência dessa integração. A participação do tecido associativo na execução da política cultural autárquica é um dos grandes ativos de Santa Maria da Feira. Desde a coprodução de conteúdos para grandes eventos como Perlim, Semana Santa, Imaginarius ou Viagem Medieval, até à participação em processos de criação em residência, o nosso parceiro preferencial é a comunidade local através das estruturas associativas. Esta política promove, além da participação cultural descentralizada, a 'instalação' de competências no território. Não posso deixar de referir, como exemplo,

a recente criação comunitária Cerco a Lourosa, a criação da coreógrafa Madalena Victorino (Expande) no Museu do Papel ou a residência de Maria João e do Mário Laginha com a Orquestra Sinfónica de Jovens do Concelho de Santa Maria da Feira. A programação de sala no Cineteatro António Lamoso, desde a reabertura, apresentou pelo menos uma produção ou coprodução cultural mensal com o tecido associativo feirense. Por fim, mas não por último, o protocolo para a promoção e dinamização do Castro de Romariz celebrado com a associação cultural Voltado a Poente - naquela que foi a primeira ação nacional, que se conhece desta natureza, no âmbito da salvaguarda e promoção património arqueológico.

Acha que o modelo atual é o mais indicado para a caracterização do nosso movimento?

O Programa de Apoio a Projetos Culturais, mais do que um instrumento de desenvolvimento do setor cultural e criativo associativo, é o compromisso que reforça a integração do movimento associativo na ação cultural do Município de Santa Maria da Feira. Este programa tem o planeamento com antecedência, a igualdade no acesso, a transparência no processo e o mérito como pilares fundamentais. O nosso tecido associativo é efetivamente um dos grandes ativos do território. Por acreditarmos neste valor criamos um programa potenciador dos recursos culturais autóctones que fomenta a participação cultural e a cooperação das associações (nas relações de parceria e complementaridade), potenciando as sinergias e criação de redes entre os diversos agentes associativos. Por tudo o exposto acredito que este modelo, além de ser sustentável, se adequa aos desafios contemporâneos e, acima de tudo, aos desafios futuros. Citando Alexandre Herculano «É o progresso das ideias que traz as reformas, e não o progresso dos males públicos quem as torna inevitáveis».

Como é facilmente observável, o nosso concelho tem nos Grupos Etnográficos uma dimensão muito expressiva. Considera que este movimento tem ido ao encontro daquilo que se pretende da causa etnográfica?

Considero que temos já bons exemplos de trabalho rigoroso na 'causa etnográfica'. É precisamente pelo valor etnográfico da região e pela expressão significativa dos grupos no concelho que acredito na oportunidade destes se constituírem 'museus vivos', escolas de cultura e de humanismo que procuram constantemente a identidade assumindo um papel importantíssimo da diferenciação do setor em Portugal. Neste contexto, considero que se os grupos concertarem agendas e, sobretudo, a missão, promovendo ligações inovadoras ao ensino, nomeadamente ao ensino superior, e orientando as suas atividades, fundamentalmente, para a pesquisa, recolha e tratamento do património imaterial, além de garantirem a transmissão às gerações futuras dos valores do folclore e da etnografia representativa da nossa região, estarão a ir, de forma mais efetiva, encontro da 'causa' matricial que os fundou.

Existirão no futuro projetos/desafios que o seu pelouro possa lançar, que obriguem a uma reflexão profunda sobre o aspeto da recolha, salvaguarda e valorização do património folclórico-etnográfico?

Sim. O próprio PAPC valoriza inequivocamente as ações de recolha, salvaguarda, valorização e promoção do património folclórico e etnográfico. Contudo, a breve trecho, avançaremos com outras medidas e ações que certamente se constituirão novos desafios e oportunidades para os Grupos Etnográficos concelhios.

COMO SERÁ O ASSOCIATIVISMO NO FUTURO ?



António Pinto

Dirigente Associativo

Fazer futurologia não é fácil...

Qualquer exercício previsionial ou projeção para futuro, de uma qualquer atividade, comporta sempre um risco muito elevado de incerteza. Podemos falar de expectativa, de incentivos ou investimentos que podem influenciar os resultados, mas nada nos pode garantir que no futuro os resultados serão os esperados. Falar do futuro é correr o risco de poder estar errado.

Mesmo assim, eu aceito o desafio e arrisco adiantar algumas considerações sobre o que penso que serão as circunstâncias e os desafios do movimento associativo no futuro. Porque quando falamos de objetivos falamos de futuro, quando falamos de planeamento falamos de projetos para o futuro... Sem futuro não existiria presente!

A previsibilidade é condição fundamental para o sucesso de

qualquer empreendimento. O movimento associativo, tal como qualquer outro setor de atividade, necessita de refletir sobre alguns destes pressupostos para definir e orientar a sua estratégia.

Quais são os sinais do tempo?

A sociedade moderna assente nos valores da "liberdade, igualdade, fraternidade", baseada na racionalidade e na justiça social, está a caminho do fim... Em contrapartida a irracionalidade, o obscurantismo e a barbárie estão a emergir num mundo louco, sem liderança, sem respeito pela natureza e desenquadrado da humanidade.

O drama dos refugiados, tão atual nos dias de hoje, vai prolongar-se durante décadas. Do sul, mais de sessenta milhões de pessoas do Médio Oriente, que fogem da guerra, e de África, por causa da fome, aspiram viver na Europa. Do

Oriente, cento e quarenta milhões no Bangladesh tentam fugir da água que afunda o país por causa do aquecimento global. Estamos a falar uma pressão migratória, que ameaça invadir a Europa, equivalente à soma da população atual de Portugal, Espanha, França e Alemanha... Como será possível alimentar tanta gente? Como preservar a identidade social numa sociedade multicultural, num ambiente de grande intolerância e agressividade?

Numa circunstância idêntica, no final do século V da nossa era, o bem organizado Império Romano colapsou...

Esta será, podemos dizer, uma visão pessimista das nossas circunstâncias no futuro, que comportam em si um grande desafio ao movimento associativo, o qual poderá assumir um papel predominante na construção de um mundo melhor.



O associativismo está preparado para enfrentar o futuro?

Nós, as pessoas e as organizações, realizamo-nos em função da nossa natureza e das nossas circunstâncias. Neste cenário mais pessimista, o sucesso do movimento associativa popular dependerá da consistência dos seus pontos fortes: a coesão interna das organizações de base e união em torno das suas estruturas, com base nos princípios e valores do movimento.

O grande desafio do futuro das nossas coletividades dependerá da sua capacidade de organização e colaboração.

A solidariedade será o nosso desafio e a entreatajuda ditará a nossa sobrevivência. Com estas condições os objetivos do movimento tenderão a ser enquadrados nas questões sociais, numa dinâmica mais coletivista e mais comunitária.

As associações terão forçosamente de sair da sua zona de conforto minimalista da autossustentação, do bairrismo, da personalização do líder, da tendência para a rivalidade e conflitualidade.

A esperança de um futuro melhor!

No futuro as coletividades podem voltar a ser a universidade dos povos, a alegria dos povos, a energia, a força e a capacidade criativa dos povos...

As coletividades poderão fazer a diferença, mas para isso será necessária uma forte aposta na valorização do potencial humano, na qualidade das organizações e na preservação da informação e dos conteúdos. Devemos continuar a identificar algumas áreas de atividade como fundamentais: a formação, o registo e preservação documental, a estratégia de

comunicação e a dinâmica colaborativa na realização de atividades...

Mais do que um conjunto de pessoas orientadas para um objetivo comum, as coletividades devem ser o que sempre foram de melhor: um ponto de encontro entre a realização individual e a coesão social.

As associações do futuro terão um grau de exigência muito elevado. Serão um espaço de excelência do saber ser e do saber fazer. Serão um espaço de partilha de recursos e de talentos... Serão bons ou não serão nada, porque não terão nada para dar.

E o futuro começa hoje!

A CRISE, A AUSTERIDADE E O ASSOCIATIVISMO



Pedro Nuno Santos

Dirigente Associativo e
Técnico Superior Ação Cultural
Câmara Municipal Santa Maria da Feira

A crise económica e as políticas da austeridade têm sido impetuosas no cavar de um fosso em Portugal, onde cada vez mais, emerge o agravamento das desigualdades sociais. A destruição de postos de trabalho, o aumento do desemprego, a precariedade perante o emprego, a redução de salários, o baixo poder de compra, o aumento da pobreza e o recuo do Estado nas suas funções sociais, têm contribuído, de sobremaneira, para a degradação do bem-estar social de milhares de portugueses.

É neste contexto, economicamente depressivo, que o associativismo persiste em ser o "oásis" da solidariedade, dando uma resposta rápida e eficiente às inúmeras dificuldades sentidas na sociedade. As associações e os agentes associativos na maioria das vezes, na sua atuação, substituem (ou complementam) a ação das próprias organizações

institucionais, respondendo às necessidades sociais sentidas em áreas tão diversas e transversais, como a saúde, a cultura, a educação, o desporto, o ambiente e a solidariedade social.

Esta intervenção social é perpetrada por um sem número de estruturas, constituídas formalmente em entidades associativas e organizadas a nível local, regional, nacional e/ou internacional. Tendo em conta a extensão do nosso território, estas estruturas vão ganhando dinâmica (e vida) pela mão de milhares de portugueses, sensíveis a estas questões da partilha e da cidadania ativa, que procuram intervir, de forma quase "militante", sobre o desenvolvimento humano, sustentável e equilibrado da nossa sociedade.

Estes "militantes" possuem a "capacidade fenomenológica" de, com enorme rapidez, darem conta das mudanças, mais bruscas, ou mais silenciosas, que pairam sobre o meio social e coletivo (campo de ação) que os rodeia.

Desta forma, enquanto atores sociais, os agentes associativos, assumem o papel de protagonistas privilegiados da realidade social que os envolve e que atinge o seu espaço de intervenção. Neste aspeto, será

de referir que tanto a crise, como a austeridade tiveram condão de unir o movimento associativo em fóruns ou redes sociais para interagir, de forma direta e transversal, em vários domínios da sociedade, dando as respostas e soluções que por vezes tardam, ou nunca chegam!

As dificuldades do associativismo, apesar das suas características peculiares, refletem os próprios problemas da sociedade. Comparando a sociedade portuguesa com outras sociedades europeias, podemos encontrar um conjunto de denominadores comuns que influenciam negativamente as suas dinâmicas associativas, constituindo-se em constrangimentos, tais como: os poucos recursos educativos e económicos; os baixos níveis de desenvolvimento; as reduzidas expectativas de confiança interpessoal e institucional; a pouca adesão a estruturas associativas e a respetiva incapacitação organizacional dos agentes associativos.

Apesar destes constrangimentos estruturais não se poderá afirmar que a relevância do associativismo atualmente existente no nosso país, esteja reduzida a um papel secundário ou de menor importância. O movimento associativo português é diverso,

rico, com forte implementação e impacto nas comunidades, grupos e categorias sociais.

O associativismo é, por isso, um forte potenciador do desenvolvimento humano, concretamente nas suas dimensões de “vida longa e saudável” (saúde), “conhecimento” (educação) e “padrão de vida digno” (rendimento), no “empoderamento” (ou “capacitação”), na “sustentabilidade e vulnerabilidade”, nas “percepções sobre bem-estar e felicidade individuais”, no “bem-estar cívico e comunitário”, ou no “acesso às tecnologias de informação e comunicação” .

Na raiz do “espírito associativo moderno” encontramos importantes valores sociais, tais como: a inclusão, a solidariedade, a generosidade, a justiça social e a igualdade. Na aplicação social destes valores é conferido ao associativismo um papel de “serviço público”, com custos reduzidos, mas que está ao dispor de todos, particularmente das classes sociais menos favorecidas. O associativismo é assim, por excelência, um fomentador da integração social e comunitária.

Todavia, pode estar reservado ao associativismo um papel social mais ativo e proeminente, com

vista à implementação de políticas públicas de igualdade. Esta tarefa só será possível com os agentes associativos a estabelecerem pontes e parcerias diretas com o Estado. Mas também só será eficaz quando o Estado, através das suas organizações centrais, regionais ou locais, souber interpretar os sinais dados pelos agentes associativos e, com eles, estabelecer contratos de parceria reais para, assim solucionar as assimetrias sociais instaladas. Estes “contratos” devem estabelecer as bases sociais para o desenvolvimento de políticas verdadeiramente democráticas, abrangentes e inclusivas.

No que toca à área da Cultura e do Associativismo estas políticas devem ter por objetivos principais:

- Promover a criatividade;
- Estimular a inovação;
- Apostar na descentralização;
- Valorizar a democracia cultural;
- Fomentar o acesso à cultura;

Como modo de atuação ou como eixos de intervenção social do próprio Estado com os agentes associativos, devem fazer parte a concretização de projetos como:

1. Manutenção/construção/requalificação de infraestruturas e equipamentos;
2. Formação e captação de públicos;

3. Qualificação e formação do tecido associativo;
4. Promoção da Educação Artística e Cultural junto da população;
5. Estruturação de mecanismo de apoios ao associativismo e atividades amadoras;

A urgência do nosso tempo impele-nos para a uma procura constante de reconstrução de comunidades mais justas, igualitárias e desenvolvidas. A crise e a austeridade desafiam-nos para limites que pensávamos não mais atingir. Uma alargada “democracia associativa” constitui-se, certamente, como uma das vias – não a única – para podermos retomar modelos de sociedade mais condizentes com a nossa dignidade humana.

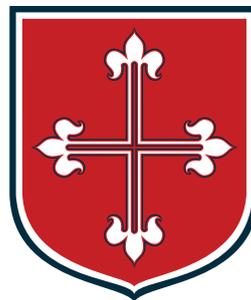
NOTAS/REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. COSTA, António Firmino da; MAURITTI, Rosário; MARTINS, Susana da Cruz; NUNES, Nuno; ROMÃO, Ana Lúcia; A constituição de um espaço europeu de desigualdades. Lisboa: CIES, 2015. (Observatório das Desigualdades e-Working Paper, 2015/01). Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/8371>
2. PIKETTY, Tom (2014); Capital in the Twenty-First Century, Cambridge (Mass.), Belknap/Harvard. Disponível em <http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2014/06/14Thomas-Piketty.pdf>
3. BOTELHO, Maria do Carmo; NUNES, Nuno; MAURITTI, Maria do Rosário; CRAVEIRO, Daniela (2015); Tendências de mudança das funções do Estado em Portugal. in COSTA, António Firmino; CARMO, Renato Miguel (orgs.), Desigualdades em Questão; Lisboa, Editora Mundos Sociais: 59-74.
4. COSTA, António Firmino (1999); Sociedade de Bairro - Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural. Oeiras, Celta Editora.
5. NUNES, Nuno (2013); Desigualdades Sociais e Práticas de Ação Coletiva na Europa; Lisboa, Editora Mundos Sociais.
6. SEN, Amartya (2009); The Idea of Justice; London, Allen Lane/Penguin.
7. COSTA, António Firmino (2012); Desigualdades globais. In Sociologia, Problemas e Práticas, N.º 68: 9-32; Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n68/n68a01.pdf>

Viagem Medieval
em Terra de Santa Maria



O ENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO NA VIAGEM MEDIEVAL 2015



Numa primeira reflexão sobre a participação do movimento associativo na Viagem Medieval de 2015, podemos destacar um aumento significativo de participantes, mas também uma evolução qualitativa, do referido envolvimento, aos níveis da diversidade, amplitude e importância dessa participação.

O contributo do movimento associativo não se limita à área alimentar (tabernas e feira franca), está presente na animação âncora (os espetáculos são assegurados exclusivamente pelas associações), abrange outros setores da animação como as áreas temáticas e animação circulante, voluntariado.

Os números de participantes individuais ultrapassaram as

três mil pessoas, incluindo os quatrocentos voluntários. O número de horas de preparação das referidas participações foi calculado em mais de duas mil horas.

Da análise à participação associativa podemos ainda identificar áreas de intervenção em que é possível crescer ao nível do envolvimento, participação ou organização, nomeadamente no desenvolvimento de projetos de animação.

Com apoio técnico adequado e parcerias colaborativas, a participação do movimento associativo na Viagem Medieval poderá crescer ainda mais ao nível da qualidade e quantidade dos projetos futuros.

VIAGEM MEDIEVAL QUALIFICAR E DIFERENCIAR A PARTICIPAÇÃO DO ASSOCIATIVISMO



Victor Sismeiro

Presidente da Assembleia-Geral
da Federação das Colectividades

Decorridas dezanove edições da Viagem Medieval em Terra de Santa Maria, projecto nascido no seio do movimento associativo concelhio e crescido com sustento no árduo e persistente trabalho de muitos dos seus dirigentes e activistas, parecia estranho se o envolvimento das associações no evento não tivesse crescido da forma como cresceu. E cresceu particularmente na área da animação, contribuindo para acrescentar conteúdos ao projecto. Pode-se dizer, assim, que o associativismo está a cumprir a sua missão, ao trazer cada vez um maior número de animadores ao projeto e ao multiplicar a sua intervenção e envolvimento. Por isso, a questão que nos devemos colocar hoje já não é a de saber se o associativismo está envolvido na Viagem Medieval, mas antes se esse envolvimento crescente é

suficientemente qualificado técnica e artisticamente, se é suficientemente criativo e diferenciado.

Excluídos os espectáculos de recriação histórica, com uma grande componente teatral, as especialidades em que o envolvimento associativo mais cresceu foram as percussões e as danças medievais sendo que, da primeira, a realidade atual é a de uma oferta que já excede as necessidades de programação do evento. E já é frequente verificarem-se, do ponto de vista da programação, alguns embaraços para “não deixar ninguém de fora”, até porque a oferta hoje existente é consequência das respostas dadas pelas associações e respectivos órgãos dirigentes aos desafios lançados pela estrutura organizativa da Viagem Medieval, nomeadamente pela Federação das Colectividades. Acresce que, em alguns casos, as qualidades técnicas e artísticas exibidas deixam ainda muito a desejar, fruto da pouca experiência e de períodos de aprendizagem muito curtos, por vezes de apenas um ou dois meses.

Provada a vontade e disponibilidade do meio

associativo para um ainda maior envolvimento na Viagem Medieval, é chegado o momento de nos colocarmos outro tipo de questões:

- é boa, para as associações e para o projecto, a multiplicação de respostas exclusivamente em uma ou duas especialidades?
- independentemente dos níveis técnico e artístico atingidos, tudo deve caber na Viagem Medieval?
- quais as especialidades de que carece o projecto e a que as associações podem dar resposta?
- que recursos devem ser disponibilizados às associações para que possam aventurar-se por caminhos diferenciadores?

Nas respostas a estas perguntas poderá estar uma grande parte do futuro do associativismo feirense no que respeita ao seu envolvimento na Viagem Medieval, que não deverá passar sistematicamente pela replicação do que já foi/é feito por outros. E, bem vistas as coisas, uma boa parte do seu futuro em termos mais gerais.

Viagem Medieval
em Terra de Santa Maria



Teatro à Roda 2015





DESAFIOS DO TEATRO

Mais uma edição do "Teatro à Roda" e novos desafios para os grupos de teatro de Santa Maria da Feira. A arte de Talma rodou pelo concelho, dando assim a conhecer o trabalho de vários grupos de teatro.

Esta iniciativa que decorreu de 28 de fevereiro a 28 de março, contou este ano com a presença de dez grupos federados, e tal como o nome indica, rodaram pelo Concelho. Foram eles a "ACDL" São João de Ver, a "ACRDE" de Escapães, "CCR" Orfeão da Feira, o "Fórum Ambiente e Cidadania", o "Grupo Cénico de Lourosa", a "JUV Setas" da Juventude de Sanguedo, o "Grupo de teatro da Lourocoop", "Os Velhos" de Milheirões de Poiares e a "Ritus" também de Milheirões de Poiares e ainda, o grupo de teatro da "Voltada a Poente" de Romariz.

Com a colaboração e empenho destes grupos, Louredo pôde ver a peça "Salomão", Lourosa "Vanessa Vai à Luta", Argoncilhe "Saco das Nozes", Lobão "Dois lados da Mesma Moeda", Caldas de São Jorge, "Adão sem

Eva", Sanguedo "Amar Português", Argoncilhe "Falar Verdade a Mentir", Mosteirô Os Adúlteros", Pigeiros "O Noviço", Souto "Um Genro de Muitas Sogras e, Santa Maria de Lamas "Eros e Psique" e 'Sonhar é Uma Arte".

Foi preocupação da equipa que coordena este projeto, fazer uma análise e avaliação de todo o processo, junto de todos os intervenientes (grupos que participaram e entidades que acolheram o evento), para que numa próxima iniciativa sejam alterados, e ou implementados procedimentos para que o Teatro à Roda possa cumprir os seus objetivos – divulgar o teatro concelhio, e proporcionar espetáculos gratuitos.

A avaliação foi positiva, e isso só foi possível graças ao empenho e esforço de todos. Salientamos no entanto que nos anima, a vontade de fazer mais e melhor. Desejamos que a iniciativa que é bianual possa continuar a merecer o apoio e adesão destes e de outros grupos de teatro.

A Federação no âmbito da escola colaborativa, deixa um apelo à participação na formação na área do teatro, que já levou a efeito este ano e que está contemplada no plano de atividades para o ano 2016, bem como sugestões que contribuam para o crescimento do teatro nas nossas associações.

FORMAÇÃO DE EXPRESSÃO DRAMÁTICA

A formação, seja ela geral ou específica, é sempre um processo que pretende promover mudanças. No caso específico da formação de Expressão Dramática, tem por objetivo promover mudanças nos atores, por forma, a que adquiram as competências necessárias para o desempenho ou aperfeiçoamento da sua função.

Os objetivos pedagógicos desta formação, consistem em afirmações que descrevem a direção da mudança que o formador pretende promover nos formandos. Assemelham-se a mapas de estradas: ajudam os formandos a conhecer os caminhos que estão a percorrer e a saberem se o destino já foi alcançado, como bem exemplifica uma célebre frase de Mager: «se não estivermos certos do lugar para onde nos dirigimos, arriscamo-nos a encontrarmo-nos noutra lugar sem o saber».



Participantes na Formação de Expressão Dramática





Participantes na Formação de Expressão Dramática



Tal como os mapas das estradas, alguns objetivos desta formação são de simples elaboração e leitura, outros são mais complexos. Tendo em conta estas diferenças, e para cumprirem a função que lhes cabe no processo de ensino-aprendizagem, os objetivos foram definidos de maneira correta e rigorosa, obedecendo a conceitos e regras que sobre este tema estão estabelecidos.

Quando definimos objetivos de formação, temos em vista a aquisição por parte dos formandos de determinadas capacidades ou comportamentos. Assim sendo, no final desta formação de Expressão Dramática os formandos deverão ser capazes de: conhecer o aparelho fonador, colocar a voz, ter uma postura correta e dar a conhecer emoções através das expressões faciais.

ESCOLA DE FORMAÇÃO COLABORATIVA

Maria Albina Almeida

Vice-Presidente da Direção
da Federação das Colectividades

O movimento associativo, através das suas diferentes estruturas, desempenha no Concelho de Santa Maria da Feira, um papel insubstituível no contexto social. A sua ação assume um caráter essencialmente coletivo, solidário e com capacidade de intervenção social, política, cultural, económica e de coesão do tecido comunitário. É um importante fator de transformação e inovação social, sendo particularmente favorável ao exercício da democracia, e um elemento facilitador de uma cidadania ativa e da definição da identidade local.

A Federação das Colectividades de Cultura e Recreio de Santa Maria da Feira (FCCRSMF) consciente da importância do papel das cerca de quatro centenas de instituições existentes no concelho – que dispõem de recursos administrativos e técnicos próprios e envolvem milhares de pessoas –, pretende constituir-se como um parceiro privilegiado na área da formação e desenvolvimento das organizações, proporcionando-lhes ferramentas e competências que lhes permitam implementar sustentadamente e de forma consolidada, a sua missão e os

seus objetivos, e simultaneamente, rentabilizar e racionalizar recursos e aumentar/adequar as suas potencialidades e a sua capacidade de intervenção.

Para a concretização deste objetivo, a FCCRSMF criou uma Escola de Formação Colaborativa (EFC), que apresenta uma oferta formativa alargada, pensada e elaborada para responder cabalmente às necessidades de formação, valorização e capacitação dos recursos humanos, que de forma mais direta ou indireta, estão ligados ao movimento associativo local e às organizações do Setor Cooperativo e Social.

A equipa de formação é constituída por professores e formadores com experiência comprovada, sendo o trabalho supervisionado por um gestor de formação e um diretor pedagógico, apoiados por um técnico administrativo e quatro diretores, indicados pela FCCR de Santa Maria da Feira.

Tem como princípios fundamentais, a adequação dos conteúdos às diferentes realidades institucionais, a incorporação de uma componente prática, bem como o trabalho em equipa e

interinstitucional, valorizando a pesquisa, a reflexão crítica e a partilha de conhecimentos e experiências – metodologia que permite a participação e interação de todos os elementos e incute uma cultura de colaboração, articulação e respeito.

A oferta formativa abrange temáticas tão variadas como Organização e Gestão Associativa; Empreendedorismo Social e Voluntariado; Teatro Artes e Espetáculos; Música Folclore e Tradições, e foi definida com base num levantamento efetuado junto das associações do concelho.

A formação decorre em diferentes locais/associações, numa perspetiva de maior proximidade às entidades envolvidas, e respetivas realidades, interesses, expectativas e necessidades. Numa fase posterior, pretende-se que a EFC ofereça formação à distância, com recurso a uma plataforma colaborativa de aprendizagem moodle, no site www.valorassociativo.pt.

A FCCR, considera de extrema relevância o papel da formação para os gestores e líderes das organizações, como forma de



Teatro à Roda 2015



Teatro à Roda 2015

elevar o desempenho das mesmas, respondendo de forma consistente e inovadora aos desafios cada vez maiores e mais exigentes, de uma sociedade também ela cada vez mais eclética e desafiante, que apela à participação cívica, à coesão e à humanização.

Ao dotar as associações e instituições sociais de competências para que sejam agentes ativos e capacitados para preparar e executar projetos coletivos, que impliquem a melhoria das condições e qualidade de vida e o bem-estar de todos os cidadãos, a FCCR

coloca-se perante o movimento associativo, como um aliado, um parceiro ativo, atento e não condicionador, que coopera na construção de organizações reflexivas, interventivas e capazes de honrar o passado, construir o presente e projetar o futuro.

WORKSHOP

DE MAQUILHAGEM E CARACTERIZAÇÃO

A Federação das Colectividades realizou no passado mês de julho, na sede social da instituição, uma ação de formação de Maquilhagem e Caracterização, destinada a técnicos da equipa de apoio à animação da Viagem Medieval e dos grupos de teatro das associações culturais do concelho de Santa Maria da Feira.

O encontro teve por objetivo, promover a aquisição de conhecimentos e a partilha de práticas no âmbito da maquilhagem de embelezamento e caracterização para teatro, e abordou os seguintes conteúdos programáticos:

- Teoria da cor;
- Fisionomia do rosto;
- Produtos existentes no mercado;
- Maquilhagem de embelezamento – demonstração e prática;
- Maquilhagem de dia;
- Maquilhagem de noite;
- Estrutura de rosto e olhos e suas correções;
- Maquilhagem de fantasia – demonstração e prática;
- Produtos e sua aplicação; Criação de trabalhos de face painting;
- Caracterização – Demonstração e prática;
- Aplicação de barbas;
- Envelhecimentos de teatro;
- Criação de pisaduras, hematomas, cortes e feridas.

A ação de 36 horas, foi orientada pela Maquilhadora profissional Marla Santos, formada pela Make up Forever, com uma experiência de cerca de 15 anos em editoriais de moda, desfiles, teatro, cinema, face painting e bodypainting.

Contou com a participação de cerca de 15 formandos oriundos de várias associações do concelho.



Participantes no Workshop Maquilhagem e Caracterização

FORMAÇÃO DE FOLCLORE E ETNOGRAFIA



Participantes na Formação de Folclore e Etnografia

Com o intuito de promover uma reflexão sobre a temática do Folclore e Etnografia, no tocante às tradições e memórias, a Fecofeira promoveu duas ações de formação sobre as Janeiras e Reis, trajar próprio desta ocasião e algumas técnicas de representação etnográfica.

Esta formação decorreu ao longo de duas sessões, na sede das associações "As Florinhas das Caldas de S. Jorge" e "Os Malmequeres de Lourosa".



Participantes na Formação de Folclore e Etnografia

I Viagem Etnográfica
Rancho Regional de Argoncilhe



O ESPIRITO ETNOGRÁFICO



Marina Perestrello

Dirigente Associativa e
Coordenadora do CTR Douro Litoral Sul - FFP

O Folclore não é um brinquedo! Também não é um 'parente pobre' da nossa cultura. Nem jamais espaço para serem exibidas manifestações revisteiras, 'carnavalescas' e outras... que são importantes mas não entram neste campo-o Folclore. Os responsáveis por esta temática têm uma acção negativa e uma acção positiva.

Negativa: - se enveredam pelo campo de 'fazedores' de actividades sem consciência do terreno que pisam, sem sensibilidade/honestidade; bonitinhas por serem aplausíveis. Invenções que ridicularizam quem as expõe em público e, ao Povo, que construiu a sua própria história na vivência de saberes sublimes!

Acrescentam folhas e folhinhas, fitas... muitas fitas, e ...as saias?! Quanto maior for o balão armado – com as piruetas das mulheres – mais vistoso se torna porque, desta forma, se vêem os 'baixos' rendados e mais... sei lá.

As nossas avós andavam descalças e de saias até aos tornozelos, mas há folcloristas mentores (?) que entendem ser mais elegante as mulheres trajarem à 'Maiota' envergando a meia branca e toda ela rendada à 'fidalguesa'. Até mudam o ritmo instrumental com trinados; introduzem fusas e semifusas, deixando tudo desaparafusado – a mais terrível deturpação!! É preciso acordarmos do sono em que estamos mergulhados!...

Ao público espectador não cabe escolher ou dizer o que quer mas, sim, serem educados para o conhecimento, apreço e respeito duma época irrepetível.

O folclore é um factor cultural que nos identifica como vivência de um Povo com séculos de história. Povo esse, obreiro, crente nem Deus que o protegia e acolhia, persistente, construtor da sua própria história. E ignorar os seus valores, não os levar com seriedade é enterrar a nossa personalidade e caminhar em cima das ondas.

O homem inteligente, aceita o desafio e corrige os seus erros e deturpações. Desvia-se do caminho errado. O Folclore não pode ser encarado ao nosso bel' prazer: ou se aceita ou se rejeita, porque tem de ser encarado como um modo de ser e de estar das gentes d' outrora e numa envolvimento total das pessoas d' antanho. Sem compartimentos. A forma como trabalhavam, conviviam; como se vestiam e se divertiam reflectia o seu modo de viver e a sua personalidade.

É ao movimento de Folclore que urge agarrar nas mãos este tesouro e passá-lo aos vindouros, não com teias d' aranha que, por vezes, nos impedem de ver com olhar límpido, mas com a transparência própria de quem quer aprender e dar.

FOLCLORE ETNOGRAFIA

QUE FUTURO?

Recuar no tempo manter vivos os saberes populares dos nossos antepassados, manter vivas as nossas tradições, as nossas raízes, partilhar conhecimentos, descobrir novas posturas, saber estar, saber fazer, saber ser e saber viver é a grande riqueza que nós folcloristas transportamos e damos a conhecer sempre que atuamos.

Ao longo dos anos a Federação tem vindo a realizar formações na área do património material e imaterial direcionado aos grupos que salvaguardam as tradições, tal como os ranchos folclóricos e grupos etnográficos. É fundamental criar condições e dar ferramentas para que se consiga fazer uma representação o mais fiel possível das tradições usos e costumes dos nossos antepassados. Iniciativas como, 'Aldeia com Tradições', 'Do Natal aos Reis' e 'Romaria à Moda Antiga', são a evidência do esforço e trabalho desenvolvidos no sentido de dotar os nossos grupos, de competências e formação para que o folclore seja dignificado no Concelho de Santa Maria da Feira.

É preciso preservar, divulgar, dar a conhecer o nosso património e

interagir com a população. Não devemos, nem podemos guardar dentro das nossas associações, dos nossos grupos registos de uma história e cultura que é necessário partilhar com as nossas gentes.

Pretendemos dar a conhecer a todo o Concelho as nossas tradições, através das representações que os grupos levam a efeito nas suas diversas atividades. É desejo de todos que essas apresentações sejam o mais possível fiéis à história dos nossos antepassados e por isso as fontes orais, escritas e iconográficas por vezes escassas, são fundamentais para a preservação destas tradições e costumes.

Ainda neste âmbito alguns instrumentos como a viola braguesa, o cavaquinho e a concertina voltaram a ser valorizados, a atrair jovens que são hoje uma mais-valia para os nossos grupos. São também eles neste momento que contribuem para a continuidade do folclore e etnografia. A Federação e as Associações de Santa Maria da Feira podem orgulhar-se da formação musical que têm vindo a proporcionar na área dos instrumentos tradicionais.

A importância da partilha de conhecimentos, de saberes, bem como a capacidade e a humildade para fazer sempre mais e melhor é crucial para um futuro positivo. Temos de ser corajosos, ambiciosos, trabalhar em conjunto para nos podermos orgulhar do trabalho que realizamos, na nossa terra, pelo país e mundo fora.

Conscientes da importância do conhecimento, da formação, do rigor histórico, do envolvimento de todos e da necessidade de continuar a trabalhar para capacitar os nossos grupos, fomentando assim o gosto e o respeito pelo folclore e etnografia resta--nos continuar este esforço de engrandecer o folclore no Concelho de Santa Maria da Feira.

Com estes pressupostos e com o entusiasmo de todas as associações e grupos estamos convictos que o folclore teve passado, tem presente e terá futuro.



Cantar do Terço



Povo da Feira



Alberto Gilde

Dirigente Associativo

A etnografia pode ser considerar-se hoje, como uma ciência ou estudo dos povos, quanto aos seus costumes, mentalidade, modo de vida e cultura.

Em princípio, a etnografia era a ciência que servia para estudar e descrever os costumes e tradições dos povos, particularmente dos povos menos evoluídos técnica e economicamente. Foi durante muito tempo, a forma encontrada para proporcionar à etnologia a base para as suas construções teóricas. Nos últimos tempos, vai-se esbatendo essa limitação e a etnografia (bem como a etnologia), tendem a interessar-se mais por todos os povos, sem preconceitos quanto ao desenvolvimento técnico e económico.

Este vocábulo tem tido várias definições, de acordo com as escolas e as tendências dos diferentes autores. Consta que o termo tenha sido empregado no sentido descritivo dos povos, em 1807, por Campe.

Posteriormente, apareceu Paul Broca, (Cirurgião e Antropólogo, nascido em Sainte-Foy-La-Grande, que fundou uma escola de

antropologia e dedicou-se ao estudo da localização das funções do cérebro), que lhe desvirtuou o sentido e aplicou-o ao estudo das raças, designação que chegou a fazer escola entre os antropólogos do fim do século XIX. Mais tarde, Saintyves, considerou-o como o estudo da cultura material, contribuindo para aumentar ainda mais a confusão. Depois, veio ainda Muhlmann, que o restringiu ao simples recolher de material de estudo.

De qualquer forma, a etnografia é apenas uma ciência que se limita a descrever usos e costumes, reservando a sua interpretação para a etnologia – ramo científico ao qual anda sempre subordinada. Embora possa haver etnografia sem etnologia, o inverso já não é possível.

A etnografia dá-nos a conhecer os vários agrupamentos humanos que se distribuem pelos continentes, apresentando-nos as suas particularidades, internas e externas.

A etnografia em Portugal, como ciência, apareceu em finais do século XIX, com Adolfo Coelho, e principalmente, com José Leite

de Vasconcelos. Foi este que estabeleceu definitivamente a nova ciência, com o objetivo de estudar a herança social de determinado povo, ou área cultural, com bases firmes e duradoiras. E neste campo da antropologia cultural devemos salientar o nome de Jorge Dias.

É bom que se entenda o significado de cada um destes 'palavrões': - etnografia, etnologia e antropologia.

Como bem se sabe, a palavra etnografia é composta de duas palavras da língua grega: - Etnos - quer dizer povo; e graphein - quer dizer descrição desse povo. Portanto, a etnografia descreve os povos duma determinada época, sob o ponto de vista das manifestações materiais da sua atividade.

A etnologia também é uma palavra de origem grega: - éthnos - quer dizer raça; e lógos - quer dizer tratado (ciência que trata da formação e dos caracteres físicos das raças humanas).

A antropologia – tem a mesma raiz do grego e compõe-se por: - anthrôpos – que quer dizer homem; e Lógos – que quer dizer tratado. É a ciência do

DISSERTAÇÃO SOBRE ETNOGRAFIA

homem, no sentido mais alargado, que engloba origens, evolução, desenvolvimentos físico, material e cultural, fisiologia, psicologia, características raciais, costumes sociais, crenças, etc. Recentemente pode definir-se, etnografia como o ramo do conhecimento que se propõe descrever o conjunto das produções humanas, produções manifestadas no domínio material e imaterial, traduzindo o estudo dos objetos e construções produzidos por um determinado grupo humano.

A etnografia conhece as atividades materiais e espirituais dos povos, estudando as técnicas, as relações, o direito, as instituições políticas e económicas, as artes, as línguas e os costumes, conforme a definição de Marcel Griaule. Nestes termos, a etnografia não é, pois, uma ciência simples, individualista.

Por fim, e segundo José D. Lampreia, a etnografia é no seu conjunto, um aglomerado de disciplinas, que visa a deteção, a observação e a descrição dos factos humanos, que interessam ao estudo dos diversos povos.

Agora, o folclore, (conjunto de tradições, crenças e costumes populares dos povos com escrita), é a ciência que os estuda. Foi um termo inventado pelo arqueólogo inglês William G. Thomas, em 1846, que veio substituir em Portugal a expressão - 'Antiguidades Populares' - e designa as manifestações culturais transmitidas geralmente por via oral, como sejam: - contos, lendas, mitos, ditos, superstições, canções, danças, festas, jogos, etc. Embora ainda se note nos folcloristas uma maior preocupação com a recolha, classificação e comparação dos factos culturais, do que com a interpretação e explicação dos mesmos, a designação de folclore tem tendência a perder importância, pela aproximação cada vez maior do termo, com a etnografia e a etnologia, nos sentidos universais da atualidade. E eu digo mesmo, que devido ao uso abusivo do termo 'folclore' por políticos e jornalistas (como todos bem conhecemos), se passássemos a usar somente a palavra etnografia, em vez da palavra folclore, seria a maneira de deixarmos que eles se divirtam, se insultem, se achincalhem entre si, aproveitando-se da

semântica do uso do termo, e de lhes mostrarmos a nossa indignação pelo uso e abuso descarado, como o fazem. Nós respeitamos muito (ou, eu penso que devemos respeitar), o verdadeiro significado do termo folclore, porque ele traduz para nós, a verdadeira história de vida dos nossos antepassados. Respeitar a memória dos antepassados deve ser o dever de todo o ser humano bem formado. E nós, que vivemos intensamente ligados às raízes, temos mais obrigação de saber respeitar essa memória.



Feliz Natal
e um Próspero Ano Novo

Feira com Tradições

FOLCLORE E ETNOGRAFIA
JANEIRAS E REIS
09 JAN E 16 JAN
A decorrer pelo concelho

2016 **MAIS INFORMAÇÕES**
256 373 235 . 962 041 007 . fecofeira@fecofeira.pt

Organização Apoio

FEDRAÇÃO EFCL Associação de Freguesia Colaborativa Santa Maria da Feira Câmara Municipal



MINISTÉRIO DA CULTURA



santa maria da feira câmara municipal

Redação e Administração

Rua S. Paulo da Cruz, 12 r/c
4520-249 Santa Maria da Feira
Tel. 256 373 235
Fax 256 373 244

E-mail: culturaerecreio@gmail.com

Diretor: António Pinto

Coordenação: Joaquim Tavares

Design: Miguel Pinto (miguel.pinto@gdc.pt)

Impressão: Gráfica Monumento

Inscrito na ERC n.º 125230

Propriedade: Federação das Coletividades de Cultura e Recreio do Concelho de Santa Maria da Feira